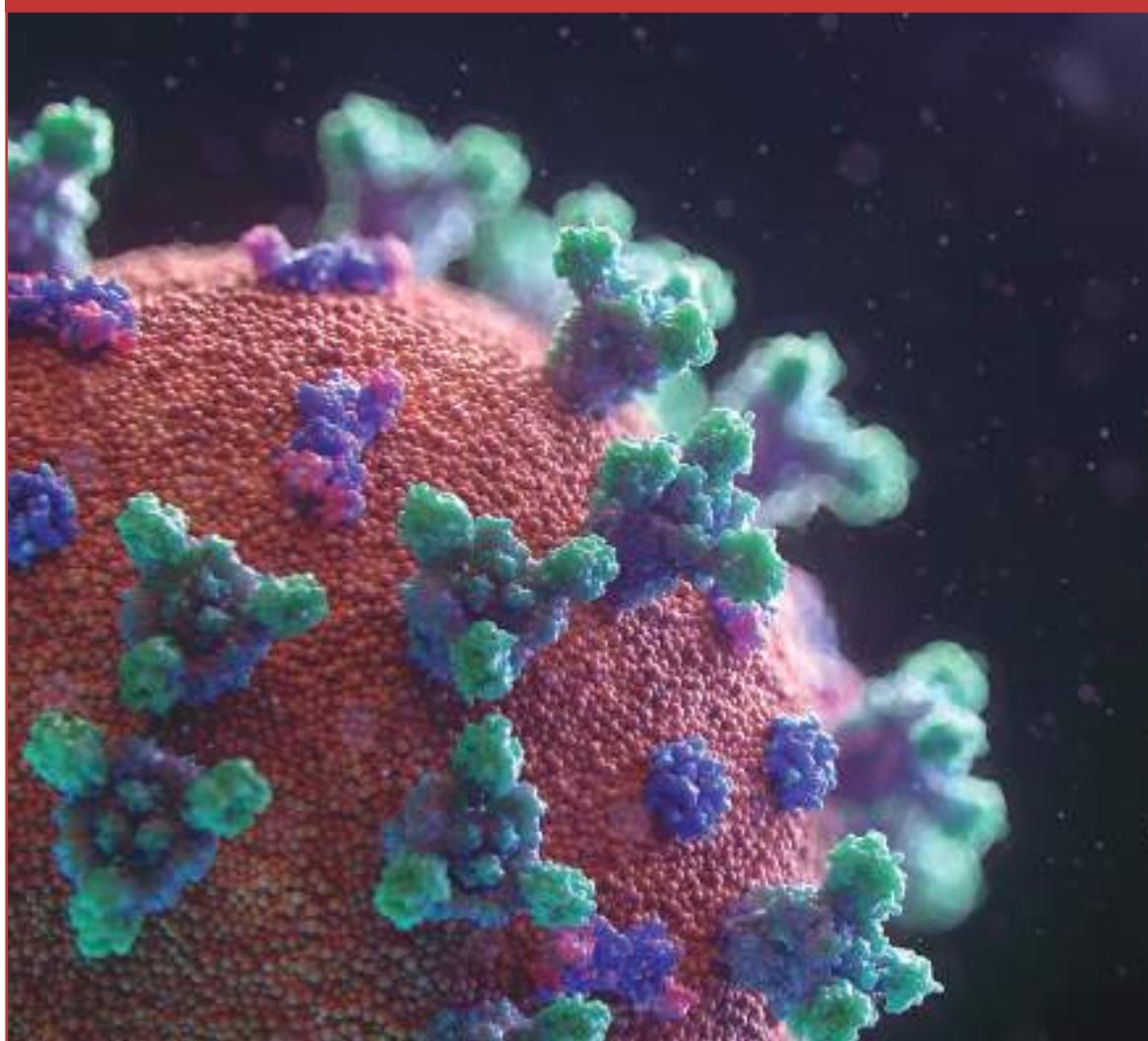


COVID-19

Agricultura e Agroalimentar: 'viagem' pelos setores que não podem parar

Pags. IV, V e VI



Destaques

Em causa o pagamento ao Estado português da taxa de segurança alimentar criada em 2012

Comissão Europeia analisa queixa da Jerónimo Martins por recusa no pagamento de 20,7 milhões

Pág. II

Rui Martinho, agora presidente, era vogal do Instituto e Nuno Moreira, agora vice-presidente, já assumia essa função

Governo quer "nova dinâmica" no IFAP mas nomeia anterior vogal para presidente

Pág. III

COVID-19: transição para a nova PAC pode demorar dois anos

Pág. VIII

Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



Inquietação, inquietação

Que força é essa, amigo, leitor, que trazes nos braços e te faz continuar?

Que força é essa que trazem nos braços e nas linhas de montagem as mais de 300 mil empresas europeias de alimentos e bebidas que produzem anualmente cerca de 954 mil milhões de euros de bens* e que as faz não parar de laborar (apesar da súbita interrupção das exportações dentro e fora da UE. que não sabem como e quando repor ou ampliar)?

Que força é essa que trazem nos braços os 4,6 milhões dos profissionais dessas empresas por essa Europa fora, que diariamente se erguem, cumprem penosos turnos de trabalho quantas vezes noturnos e ao sol e à chuva e dão vida, forma, cor e sabor aos 3,1 mil milhões de toneladas* de produtos agrícolas, florestais, da pesca, alimentícios e bebidas que saem anualmente do mar, dos campos e das indústrias?

Que força é essa que trazem nos braços e nas alfaias os mais de 238 mil agricultores que cultivam os 3,6 milhões de hectares de superfície agrícola em Portugal e as suas mais de 258 mil explorações**, muitos dos quais não acedem ao retalho e, pior, perderam os seus pontos próximos de escoamento (feiras, mercados, o porta a porta ou a beira da estrada) e quebraram elos decisivos na relação produtor/consumidor?

Que força é essa que trazem nos braços, nas linhas de enchimento e produção, nos empilhadores ou nos robôs os mais de 115 mil profissionais da indústria agroalimentar nacional que todos os dias os move, agora com redobradas medidas de proteção, no regresso ao chão das fábricas, aos laboratórios, às linhas de processamento, rotulagem e embalagem, aos empilhadores, aos armazéns (até de frio), aos gabinetes, aos computadores e aos cais de embarque, para que acedamos a um vastíssimo rol de alimentos nutritivos, inovadores, seguros e saudáveis?

Que força é essa que trazem nos braços e na imaginação os empresários e gestores deste país que injetam saber, criatividade, visão, capital, mão de obra, determinação e resiliência, capazes de gerar em todo o complexo agroalimentar vendas anuais superiores a 17 mil milhões de euros e exportações de 7,1 mil milhões** (pese embora a brusca incerteza do futuro e os avultados prejuízos com o fechamento abrupto dos tradicionais canais de vendas para o exterior)?

"Não me digas que não me comprêdes / quando os dias se tornam azedos / não me digas que nunca sentiste / uma força a crescer-te nos dedos (...)" ***, dirá, dormente e impotente, cada um de nós, ante a dureza do momento gerada pela maior calamidade pública, económica e social das últimas décadas.

"Há sempre qualquer coisa que está pra acontecer / Qualquer coisa que eu devia perceber / (...) Porquê, não sei ainda (...)" ****

Não sabemos. Nunca saberemos.

Em tempos de pandemia, isolamento e incerteza, é só inquietação, inquietação.

* Eurostat, Estatísticas da Agricultura, Floresta e Pescas, 2019

** Instituto Nacional de Estatística (INE)

*** "Que Força é Essa", Sérgio Godinho

**** "Inquietação", José Mário Branco

EM CAUSA O PAGAMENTO AO ESTADO PORTUGUÊS DA TAXA DE SEGURANÇA ALIMENTAR CRIADA EM 2012

Comissão Europeia analisa queixa da Jerónimo Martins por recusa no pagamento de 20,7 milhões

A Comissão Europeia (CE) está a analisar uma queixa apresentada pelo grupo Jerónimo Martins “invocando como base o facto de a taxa constituir um auxílio ilegal do Estado”. Em causa está o pagamento ao Estado português de um total de 20,7 milhões de euros de Taxa de Segurança Alimentar alegadamente em dívida desde 2012.

“Confirmamos que recebemos uma reclamação de Jerónimo Martins sobre a Taxa de Segurança Alimentar Mais (TSAM) em Portugal, que estamos a avaliar de acordo com nossos procedimentos”, revelou à “Vida Económica” fonte oficial da Comissão.

Ainda não há qualquer decisão europeia sobre o caso.

Em Portugal, o caso já chegou ao Tribunal Constitucional, “que manteve a decisão” dos tribunais de instâncias inferiores de não considerarem a TSAM inconstitucional.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária reclamou de Pingo Doce, Recheio e Hussel as quantias

A Comissão Europeia está neste momento a avaliar o fundamento da denúncia da Jerónimo Martins e a reunir as informações necessárias. No entanto, o facto de a legislação fiscal em matéria de segurança alimentar não estar harmonizada ao nível da União Europeia limita os poderes da Comissão

de 18,782 milhões de euros, 1,886 milhões de euros e de 41 mil euros, respetivamente, correspondente a liquidações da Taxa de Segurança Alimentar Mais (TSAM) relativas aos anos de 2012 a 2019”, assume fonte oficial do grupo Jerónimo Martins à “Vida Económica”.

“O valor total são 20 milhões e 700 mil euros, que correspondem à soma dos valores das três companhias (18 milhões e 782 mil euros, um milhão e 886 mil euros e 41 mil euros)”, explicou a mesma fonte, que adianta que “as referidas liquidações foram impugnadas judicialmente, por entender-se que as mesmas são indevidas, uma vez que, para além do mais, o diploma legal que criou a TSAM se encontra ferido de inconstitucionalidade”.

À “Vida Económica”, a mesma fonte do grupo liderado por Pedro Soares dos Santos ainda adianta que, “apesar de terem sido já proferidas decisões que não consideram a taxa inconstitucional, as sociedades do grupo mantêm o seu entendimento, tendo apresentado recurso para o Tribunal Constitucional, que manteve a decisão”.

A “Vida Económica” sabe que a

Comissão Europeia está neste momento a avaliar o fundamento da denúncia e a reunir as informações consideradas necessárias. No entanto, o facto de a legislação fiscal em matéria de segurança alimentar não estar harmonizada ao nível da União Europeia limita os poderes da Comissão.

Por outro lado, esta é uma matéria que envolve um conjunto vasto de legislação europeia aos níveis fiscal e da concorrência, que tem de ser articulada com vista à emissão de um parecer sobre se a TSAM é, ou não, um auxílio de Estado.



“Um elevado número de processos judiciais, alguns já com decisão judicial”

A “Vida Económica” questionou o Ministério da Agricultura sobre quais as empresas retalhistas em Portugal que não estão a cumprir com este pagamento ao Estado. Fonte oficial do Ministério de Maria do Céu Albuquerque revelou que “os operadores económicos com dívidas da TSAM são maioritariamente os que fazem parte do grupo Jerónimo Martins: Pingo doce, Recheio e Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, SA.

Ainda questionámos sobre as diligências que o Governo tomou ou vai tomar no sentido de obrigar as empresas a cumprirem a Lei. A mesma fonte do Ministério da Agricultura explicou que “a Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) tem promovido, sistematicamente, processos de execução fiscal relativos a todas as dívidas desde o ano de 2012”.

O Ministério da Agricultura adianta ainda que, “nos casos de existência de dívidas no âmbito da TSAM, por parte de qualquer operador, a DGAV tem promovido processos de execução fiscal junto da Autoridade Tributária”. Há, aliás, “um elevado número de processos judiciais, alguns já com decisão judicial”.

Os processos de execução fiscal interpostos “encontram-se neste momento em curso” nos Tribunais Administrativos e Fiscais competentes, pelo que a DGAV “aguarda os seus resultados”.

O grupo Jerónimo Martins registou vendas em 2019 no valor de 18,6 mil milhões de euros (mais 7,5% face a 2018). Foi um ano de “notável desempenho a todos os níveis”, anunciou Pedro Soares dos Santos, aquando da apresentação dos resultados. A companhia registou lucros de 433 milhões de euros.

Taxa de Segurança Alimentar já rendeu 59 milhões de euros

Em 2020, o valor da taxa sanitária e de segurança alimentar mais vai manter-se nos sete euros por metro quadrado de área de venda do estabelecimento comercial. Um valor que permanece inalterado desde 2013.

Desde que foi criada, em 2012, através do Decreto-Lei n.º 119/2012, de 15 de junho, a Taxa de Segurança Alimentar Mais (TSAM) já rendeu ao Estado mais de 59 milhões de euros (ver tabela).

A taxa é fixada anualmente e é devida como contrapartida da garantia de segurança e qualidade alimentar pelos estabelecimentos de comércio alimentar de produtos de origem animal e vegetal, frescos ou congelados, transformados ou crus, a granel ou pré-embalados. Destina-se a suportar as despesas inerentes às ações que constituem as garantias de segurança e qualidade alimentar e o valor legal é fixado, em cada ano, entre cinco e oito euros por metro

quadrado (m2) de área de venda do estabelecimento.

A liquidação da TSAM é notificada ao sujeito passivo por via eletrónica para a caixa postal eletrónica, ou por carta registada, até ao final do mês de março, com a indicação do montante do valor a pagar. É considerada a situação dos estabelecimentos comerciais à data de 31 de dezembro do ano anterior ao que respeita a liquidação.

Coima de 2500 a 44 890 euros

O pagamento faz-se através do documento único de cobrança, que define as datas das duas prestações a pagar, de montante igual, até ao final, respetivamente, dos meses de maio e outubro e a falta de pagamento no prazo da primeira prestação do ano implica o vencimento da seguinte.

Em consequência, o operador económico é notificado para proceder ao pagamento, no prazo de 10 dias, do



montante anual da taxa. A falta de pagamento da taxa nos referidos prazos constitui o devedor em mora, sendo devidos juros legais desde a data do vencimento da prestação. As contraordenações são puníveis com coima de 2500 a 44 890 euros.

Decorridos 30 dias sobre o fim do prazo de pagamento, é desencadeada a cobrança coerciva, e emitida a respetiva certidão de dívida, a qual constitui título executivo. A cobrança coerciva da dívida é efetuada através do processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

A lista atualizada dos estabelecimentos abrangidos é elaborada pela Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) até ao dia 31 de janeiro de cada ano.

Montantes cobrados pela DGAV no âmbito da TSAM de 2012 a 2019

Ano	Montante cobrado em euros
2012	196 908
2013	3 527 236
2014	15 934 057
2015	4 311 378
2016	11 591 046
2017	8 881 100
2018	8 426 499
2019	6 377 726
TOTAL	59 245 950

FONTE: Ministério da Agricultura.

RUI MARTINHO, AGORA PRESIDENTE, ERA VOGAL DO INSTITUTO E NUNO MOREIRA, AGORA VICE-PRESIDENTE, JÁ ASSUMIA ESSA FUNÇÃO

Governo quer “nova dinâmica” no IFAP mas nomeia anterior Vogal para Presidente

O Governo dissolveu o Conselho Diretivo do IFAP a 27 de março e exonerou todos os seus membros. Alegou a necessidade de “imprimir uma nova dinâmica e orientação à gestão” do Instituto, ao qual cabe validar e efetuar os pagamentos de fundos nacionais e comunitários no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos.

Porém, o novo Presidente do IFAP agora nomeado, Rui Martinho, era, até aqui, Vogal do Conselho Diretivo daquele Instituto. E o novo Vice-Presidente, Nuno Moreira, era, até agora, o Vice-Presidente do organismo. Ou seja, estes dois elementos foram exonerados num dia e reconduzidos no mesmo dia. Questionado pela “Vida Económica” sobre que garantias dá o Governo de que fica, de facto, garantida uma nova dinâmica e orientação na gestão do Instituto, o Ministério da Agricultura garante: “os quatro membros do Conselho Diretivo do IFAP, agora nomeados em regime de substituição, todos sem exceção, foram escolhidos por terem o perfil, a experiência e os conhecimentos técnicos necessários”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A decisão de exoneração dos quatro membros do Conselho Diretivo do IFAP (Despacho n.º 3863-C/2020, de 27 de março) foi assinada pelo Ministro do Planeamento, Nelson de Souza, pela Ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque, pelo Ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, e pelo Secretário de Estado do Orçamento, João Leão. Os mesmos membros do Governo assinaram os despachos de nomeação dos novos membros.

Rui Martinho, que era Vogal, é agora o novo Presidente do IFAP. Substituiu no cargo Pedro Ribeiro, que foi adjunto do ex-ministro da Agricultura, Luís Capoulas Santos, e estava em funções há menos de três anos.

Por sua vez, Nuno Moreira, que era Vice-Presidente, é recolocado na mesma função. Ou seja, estes dois elementos – Presidente e Vice-Presidente do IFAP – foram exonerados a 27 de março e renomeados no mesmo dia, o primeiro para Presidente e o segundo para Vice-Presidente, que já era.

Num primeiro momento, o Ministério da Agricultura explicou à “Vida Económica” que “a alteração foi a considerada necessária” e que esta substituição “é o culminar de um processo iniciado há várias semanas”. No entanto, “a alteração foi a considerada necessária a assegurar o fim visado, que se prende com a nova dinâmica de funcionamento do organismo”.

Também foi referido pelo Ministério que “as novas nomeações para o Conselho Diretivo asseguram que esta transição será feita com toda a seguran-

ça e eficiência”. Aliás, o Ministério da Agricultura frisou que “o momento que vivemos [constrangimentos impostos pela pandemia da COVID-19] em nada impede o bom funcionamento do organismo”, sendo que “os novos membros têm toda a capacidade para assegurar os bons serviços, mesmo com os desafios do momento ou qualquer outro que possa surgir”.

Igualmente contactado pela “Vida Económica”, o Ministério do Mar, tutelado por Ricardo Serrão Santos, fez saber que “nada tem a acrescentar à informação transmitida pelo Ministério da Agricultura”.

“Todos” os membros nomeados têm “o perfil, a experiência e os conhecimentos técnicos necessários”

Mas a “Vida Económica” insistiu no assunto, dado que dois dos novos membros do Conselho Diretivo se mantêm em funções e o Governo tinha justificado a exoneração de todo o Conselho Diretivo do IFAP com a necessidade de “imprimir uma nova dinâmica e orientação à gestão” do Instituto.

Perguntámos, pois, ao Ministério de Maria do Céu Albuquerque se, transitando o atual Presidente do IFAP do próprio IFAP (era Vogal) e transitando o atual Vice-Presidente do IFAP do próprio IFAP (era já Vice-Presidente), fica garantida essa nova dinâmica e orientação à gestão que pretendem conferir ao Instituto. E ainda questionámos sobre o que vai mudar, de facto, na gestão do

IFAP com esta equipa diretiva agora nomeada.

Em resposta, o Ministério de Maria do Céu Albuquerque faz saber que “os quatro membros do Conselho Diretivo do IFAP, agora nomeados em regime de substituição, todos sem exceção, fo-



O Ministério tutelado por Maria do Céu Albuquerque garante que os novos membros do Conselho Diretivo do IFAP têm “o perfil, a experiência e os conhecimentos técnicos necessários”.

ram escolhidos por terem o perfil, a experiência e os conhecimentos técnicos necessários”.

O Ministério esclarece ainda que “a presente composição do Conselho Diretivo do IFAP permitirá garantir uma transição segura e eficiente, bem como assegurar desde já os importantes desafios que se colocam, presentes e futuros, de acordo com a nova dinâmica e orientação que se pretende imprimir à gestão desta entidade”.

Por outro lado, o Ministério da Agricultura realça que o novo período de programação de fundos europeus 2021-2027, a respetiva preparação atempada e a implementação deste novo ciclo, devem “conferir prioridade à simplificação dos processos de decisão e no relacionamento com as entidades envolvidas nos projetos”. E que deve haver “um escrutínio apertado quanto à relevância e fiabilidade da informação respeitante à aplicação das verbas”. Estes são, diz o Ministério, “alguns dos objetivos para cuja concretização o IFAP desempenha um papel essencial e para os quais foi considerado que os quatro membros do Conselho Diretivo, nos cargos em que são agora nomeados, estão em condições de assegurar.

Justificação para a exoneração do Conselho Diretivo do IFAP em 2020 é a mesma utilizada em 2017

Sucedem que a “prioridade à simplificação dos processos de decisão e no relacionamento com as entidades envolvidas nos projetos” agora alegada e que justificou a exoneração de todo o Conselho Diretivo do IFAP (Despacho n.º 3863-C/2020, de 27 de março), também era um desígnio defendido pelo Presidente do IFAP agora exonerado.

“Simplificação e celeridade dos projetos” foi, na verdade, o que Pedro Ribeiro defendeu, em entrevista à revista “Frutas, Legumes e Flores” em junho de 2019, durante a qual também se manifestou a favor da “previsibilidade” nos pagamentos aos beneficiários. Nessa entrevista, Pedro Ribeiro ainda afirmou que “o IFAP não tem de ter mais responsabilidades. O que tem de haver é uma maior clarificação de responsabilidades”.

Acresce um outro dado. Já em finais de março de 2017, o despacho de exoneração do então Presidente do IFAP Luís Souto Barreiros, bem como o despacho de nomeação do agora exonerado Pedro Ribeiro apresentavam como justificação que era “necessário imprimir uma nova orientação à gestão” do IFAP.

O dito Despacho ainda acrescentava: “Importa introduzir novos métodos de gestão dos recursos, designadamente no que concerne à componente informática, e conferir uma nova abordagem no que respeita ao pagamento e controlo dos apoios comunitários atribuídos”, de modo a “reduzir ao mínimo as taxas de erro e a consequente devolução dos apoios”.

IFAP pagou cerca de 1,5 mil milhões de euros em 2019

Em 2019, o IFAP procedeu a pagamentos que ascenderam a um montante total de cerca de 1,5 mil milhões de euros. Confira aqui os valores.

Pagamentos IFAP 2019 (em milhões de euros)

FEAGA (Fundo Europeu de Garantia Agrícola) – 772,5 milhões de euros

- Regime de Pagamento Base – 256,0 M€
- Pagamento por Práticas Agrícolas Benéficas (‘greening’) – 172,2 M€
- Pagamento Redistributivo – 17,6 M€
- Regime de Pequena Agricultura – 32,6 M€
- Apoio Associado Voluntário:
 - «Animais» – 101,8 M€
 - «Superfícies» – 8,8 M€
- Novo Regime da Vinha – 34,0 M€
- Medidas de Mercado – 22,8 M€
- POSEI
 - Abastecimento – 16,5 M€
 - Produções Locais – Açores – 77,8 M€
 - Produções Locais – Madeira – 18,6 M€

FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) – 631,7 milhões de euros

- PDR 2020
 - Investimento – 258,6 M€
 - Medidas Agroambientais – 163,5 M€
 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – 112,6 M€
 - Florestação de Terras Agrícolas – 16,7 M€
- PRORURAL+ – 43,9 M€
- PRODERAM 2020 – 26,1 M€

FEAMP (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas) – 56,3 milhões de euros

CRÉDITO E SEGUROS – 15,7 milhões de euros

OUTROS PAGAMENTOS – 9,8 milhões de euros

- Ajuda gasóleo colorido e marcado – 2,3 milhões de euros

FONTE: IFAP

Agricultura e Agroalimentar: uma 'viagem' pelos setores que não podem parar

Todos já percebemos que as imposições de confinamento e de isolamento social a que boa parte dos cidadãos está obrigada para impedir a propagação da pandemia da COVID-19 não são aplicáveis à agricultura e à indústria agroalimentar. Os seus profissionais continuam, na esmagadora maioria, em laboração e em regime presencial, nas vinhas, nos campos, nos armazéns ou nas fábricas.

Há múltiplos subsectores que todos os dias semeiam, processam e dão vida, forma e sabor aos alimentos que consumimos. E que é obrigatório que continuem a ser produzidos, colhidos, processados, conservados, embalados e transportados, para que nos cheguem, do prado ao prato, em boas condições de higiene e segurança.

Jorge Henriques, presidente da FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares, resume o momento histórico que vivemos: “A principal missão da indústria alimentar e das bebidas, neste período que irá deixar profundas marcas na História, é a de continuar a garantir que os portugueses mantêm o acesso regular a produtos alimentares seguros, de elevada qualidade e com uma oferta diversificada”.

Fizemos uma 'viagem' ao encontro desses alimentos. Venha daí connosco.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Está sediada em Beja, no Alentejo, umas das regiões menos densamente povoadas de Portugal, mas a Lusomorango é a maior organização de produtores (OP) nacional do setor das frutas e legumes (42 acionistas), concentrando a sua produção sobretudo nos pequenos frutos (framboesas, mirtilos e amoras). Em 2019 registou um volume de negócios acima dos 65 milhões de euros e exportou mais de 95% da sua produção.

A meados de março, dirigiu um veemente apelo às autoridades com vista “à salvaguarda dos mecanismos que permitam garantir o regular funcionamento da atividade do setor agrícola nacional e o escoamento dos produtos para os seus destinos de exportação”.

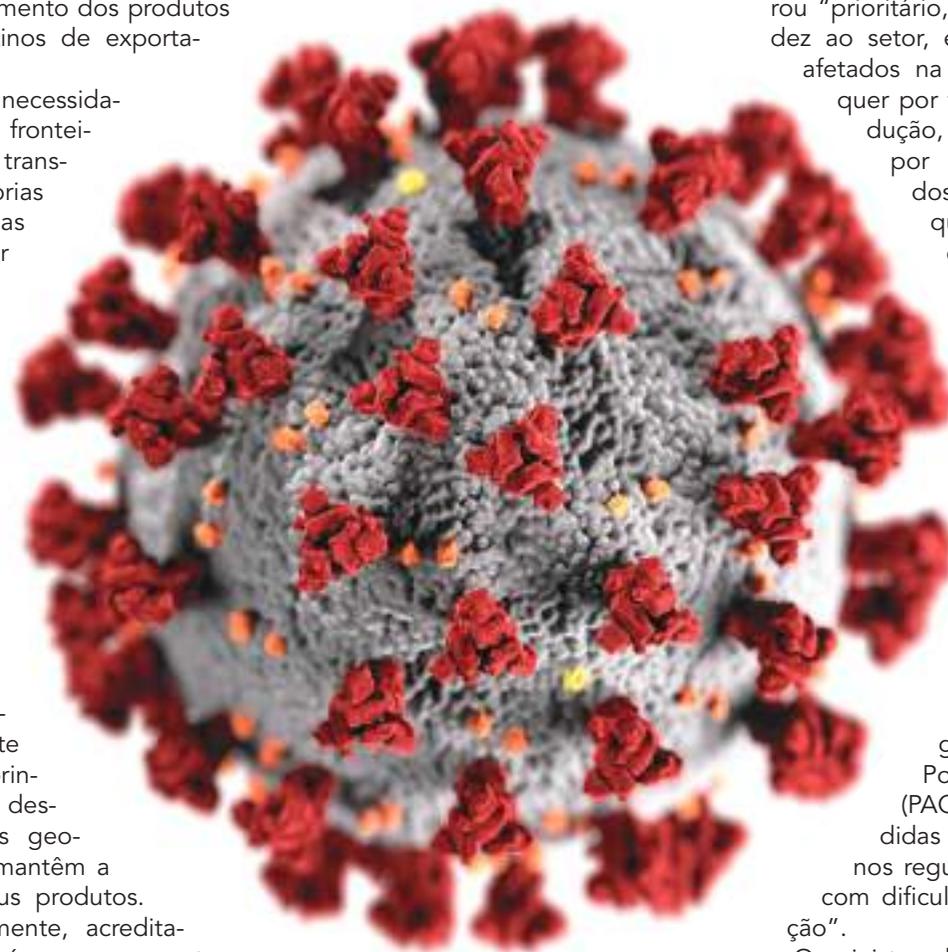
Alertou para a “necessidade” de manter as fronteiras abertas para o transporte de mercadorias – entradas e saídas –, por considerar “vital para garantir a sustentabilidade deste setor e para dar resposta às necessidades dos mercados que procuram os pequenos frutos produzidos em Portugal”. Porque, “mesmo nas atuais circunstâncias, com as economias europeias praticamente paralisadas”, os principais mercados de destino, sobretudo as geografias nórdicas, “mantêm a procura” pelos seus produtos. Mais: “tendencialmente, acreditamos, esta procura irá mesmo aumentar, uma vez que o consumo de produtos frescos, num período de isolamento tão rigoroso, contribui para a manutenção de um estilo de vida o mais saudável possível”, dizem.

Os pequenos frutos registaram exportações de 205 milhões de euros em

“A interrupção das exportações, o desaparecimento do turismo em Portugal e o encerramento dos restaurantes e depuradoras têm um impacto dramático nas vendas dos aquacultores”

2019, com a framboesa a liderar e a assegurar vendas de 165 milhões de euros para o exterior.

Agricultura e Mar exigem “medidas excecionais” da UE



Na última semana, a ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque, e o ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, participaram, através de videoconferência, no Conselho de Ministros da Agricultura e Pescas da União Europeia.

Ambos foram unânimes em considerar a importância da circulação prioritária de matérias-primas e bens dentro do espaço europeu, para permitir a continuidade da produção agrícola e a oferta de bens alimentares.

Maria do Céu Albuquerque considerou “prioritário, no imediato, dar liquidez ao setor, em particular aos mais afetados na capacidade produtiva, quer por falta de fatores de produção, como o trabalho, quer por falta de escoamento” dos produtos. E afirmou que, para garantir a liquidez financeira necessária, “devem ser implementadas medidas como a flexibilização de compromissos e obrigações decorrentes dos Programas de Desenvolvimento Rural, dos Pagamentos Diretos e da Organização Comum de Mercados (OCM) única”. Assim como “a simplificação dos procedimentos e exigências de controlo da Política Agrícola Comum (PAC)” e a “abertura de medidas excecionais, previstas nos regulamentos, para setores com dificuldades de comercialização”.

O ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, congratulou-se com a “rápida resposta” da Comissão, nomeadamente com a proposta de alteração do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), mas considerou que as propostas da Comissão “devem ir mais longe e ser reforçadas”. Isto, “para res-



EDUARDO DINIZ
Diretor-Geral do GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura



BERNARDO GOUVÊA
Presidente do IVV – Instituto da Vinha e do Vinho



IDALINO LEÃO
Presidente da FENAPECUÁRIA



GONÇALO ANDRADE
Presidente da Portugal Fresh

ponderem cabalmente aos problemas que os pescadores portugueses enfrentam, tendo em conta especialmente a pequena pesca costeira e as especificidades das regiões ultraperiféricas”.

Aquacultura “à beira da falência”

Portugal propôs ainda ao comissário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Janusz Wojciechowski, “a adoção de novas medidas, bem como a aprovação de alterações adicionais ao FEAMP, nomeadamente a possibilidade de financiar um Fundo de Garantia Salarial, com base no salário mínimo nacional, até 5% do FEAMP disponível de cada país, com vista a garantir aos pescadores algum rendimento”. Ricardo Serrão Santos pediu ainda “uma linha de crédito a nível nacional, para garantir a disponibilidade de tesouraria das empresas de pesca, processamento de pescado e de aquicultura, a fim de evitar o desemprego em massa neste setor”.

Ora, justamente a aquicultura, que agrega cerca de “1000 empresas” e dá emprego a “mais de 3000 pessoas”, está a dar sinais de desespero. A Associação Portuguesa de Aquicultores (APA) assumiu na última semana que o setor está “à beira da falência”. Ao que dizem, as vendas de peixe “caíram abruptamente e nos bivalves são mesmo nulas desde o início de março”.

“A interrupção das exportações, o desaparecimento do turismo em Portugal e o encerramento dos restaurantes e depuradoras têm um impacto dramático nas vendas dos aquicultores”, garante a APA.

Exigem, pois, do Governo mecanismos para assegurar o fornecimento de pescado fresco aos locais de venda, até porque as peixarias são dos estabelecimentos autorizados a estar abertos durante o período de estado de emergência.

Frutas e legumes: “assegurar o normal escoamento da produção”

O setor das frutas, legumes e flores ultrapassou os 3000 milhões de euros de volume de negócios em 2019. Exportou 1605 milhões de euros.

Domingos dos Santos, presidente da FNOP - Federação Nacional das Organizações de Produtores de Frutas e Hortícolas, lembra-nos o óbvio, mas que por vezes esquecemos. “A vida das pessoas

“Nos próximos tempos, num horizonte relativamente curto, as empresas da alimentação animal podem vir a confrontar-se com problemas de aprovisionamento de aditivos, de algumas pré-misturas e de outras matérias-primas”

não pára, a vida das plantas não pára, a vida dos animais não pára e, para haver vida, é necessário haver alimentos e, para haver alimentos, é necessário haver agricultura, que é a base da produção de alimentos”. Portanto, para a agricultura não parar, “os agricultores têm de continuar a trabalhar”.

Mas, aqui, com exceção das flores e plantas ornamentais, cujas vendas em Portugal e para o estrangeiro estão em queda, o cenário não é tão negro como noutras fileiras. A Portugal Fresh – Associação para a Promoção de Frutas, Legumes e Flores, que agrega 87 sócios que representam mais de 4500 produtores portugueses, garante que “estão a adotar todas as medidas para assegurar o abastecimento de produtos frescos aos portugueses”.

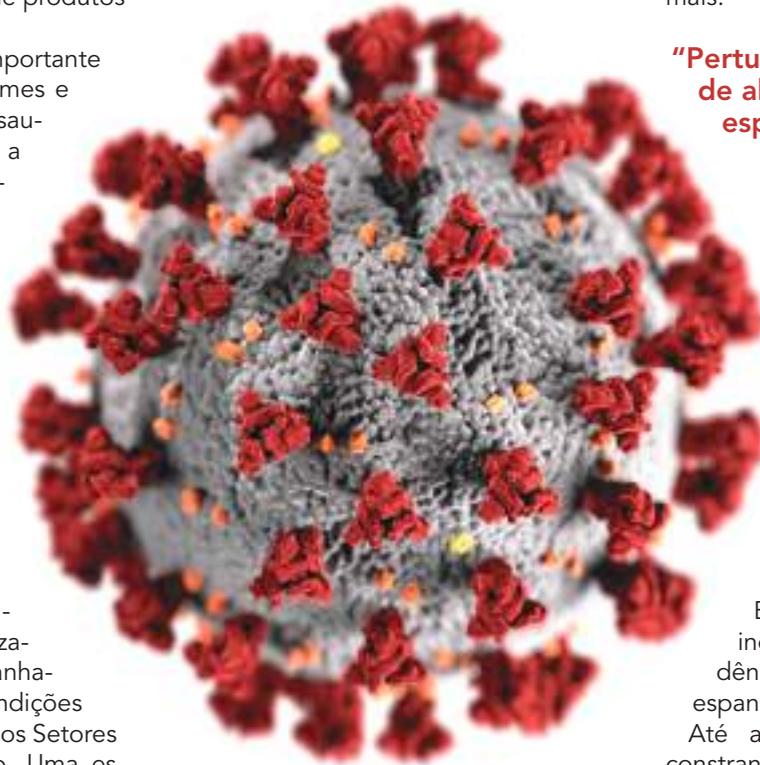
“Mais do que nunca é importante reforçar o consumo de legumes e fruta e manter uma dieta saudável e equilibrada”, diz a estrutura liderada por Gonçalo Andrade, assegurando ser essa “a prioridade das empresas do setor que, em conjunto com todos os atores da cadeia de produção alimentar, trabalham diariamente para assegurar o abastecimento de bens”. E aproveita para “enfatizar o trabalho de parceria e a estreita colaboração entre todos os atores da cadeia de abastecimento agroalimentar”, que está a ser monitorizado pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar e do Retalho. Uma estrutura criada pelo Governo através do Despacho nº 3389/2020 que envolve 18 entidades e quatro áreas governativas - Economia, Agricultura, Infraestruturas e Habitação e Mar.

Ainda não foi produzido o primeiro relatório desse Grupo, mas fonte oficial do Ministério da Agricultura revelou à “Vida Económica” que “a primeira

prioridade, neste momento, é garantir a continuidade da produção e abastecimento alimentar, o que até agora tem sido assegurado”. O Ministério de Maria do Céu Albuquerque assegura que, “até ao momento, não foram detetadas situações críticas, pelo que não existem ruturas na cadeia de produção e abastecimento ou ruturas de stocks de géneros alimentícios”.

Indústria de alimentos para animais com dificuldade no acesso a matérias-primas

Pode não haver ruturas na cadeia de produção e abastecimento ou ruturas



de stocks de géneros alimentícios, mas há subsectores da indústria agroalimentar com dificuldades no acesso a certas matérias-primas.

É o caso da indústria para alimentação animal, que registou um volume de negócios de 1426 milhões de euros em 2018 (11,5% do agroalimentar nacional),

emprega cerca de 3400 pessoas e cuja atividade é essencial à sobrevivência de milhares de explorações pecuárias e agropecuárias em todo o país.

À “Vida Económica” Jaime Piçarra, Diretor-Geral da IACA – Associação dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais, remete-nos para as preocupações já transmitidas ao Governo através do Grupo de Acompanhamento das Condições de Abastecimento de Bens nos Setores Agroalimentar.

“Nos próximos tempos, num horizonte relativamente curto, as empresas da alimentação animal podem vir a confrontar-se com problemas de aprovisionamento de aditivos, de algumas pré-misturas e de outras matérias-primas”, revela o responsável da IACA. É o caso da soja, cujos preços “têm subido” devido a problemas nos países de origem (Brasil, EUA ou Argentina).

A “Vida Económica” sabe que a própria FPAS – Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores deu ‘feedback’ ao Governo das “preocupações” com as matérias-primas e o fornecimento de alimentos compostos para os animais.

“Perturbação na cadência de abates dos matadouros espanhóis”

João Bastos, diretor-geral da FPAS, diz à “Vida Económica” que “é fundamental minimizar os impactos desta crise na produção de carne”. Desde logo, porque “o setor é particularmente sensível por ser deficitário, acusando um maior grau de exposição às perturbações que a evolução da epidemia pode causar na cadeia de abastecimento”. E lembra a “situação dramática vivida por Espanha”, revelando que “será inevitável a perturbação na cadência de abates dos matadouros espanhóis”.

Até ao momento, “não sentimos constrangimentos de maior”, mas há “pontos críticos” que já foram assinalados ao Governo como “fatores de risco”: “o tráfego portuário, os procedimentos que possam ser tomados no caso de surgimento de um caso positivo em fábricas de rações e matadouros e, ainda, a questão que mais nos preocupa, que tem a ver com o escoamento dos leitões, um segmento altamente



MARIA CÂNDIDA MARRAMAQUE
Diretora-geral da ANIL – Associação Nacional dos Industriais de Laticínios



JORGE RITA
Presidente da Associação Agrícola de S. Miguel



JORGE HENRIQUES
Presidente da FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares



ELENA ALDANA
Diretora-geral Internacional de Relações Externas da Mercadona

penalizado pelo encerramento de restaurantes”.

Entre os animais que necessitam de alimentos estão os bovinos. A produção de leite, garante Jorge Rita, presidente da Associação Agrícola de S. Miguel (Açores), “não pode parar, porque é essencial e imprescindível à alimentação da população”, até porque “o leite possui elementos de grande valor proteico e mineral, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos consumidores”.

Jorge Rita lembra que, para que o leite e demais produtos lácteos nos cheguem à mesa, “as vacas têm de ser ordenhadas e alimentadas diariamente”. Daí que o funcionamento das explorações tenha de continuar, “para que o abastecimento alimentar seja regular e capaz de satisfazer as necessidades da sociedade”.

Raças autóctones de bovinos e pequenos ruminantes em risco

Idalino Leão, Presidente da FENAPECUÁRIA, também deixa o alerta: “O setor agropecuário faz parte do imaginário coletivo nacional, da nossa gastronomia de norte a sul” e, “infelizmente, pelos piores motivos, está a ser valorizado”.

Espera, pois, que esta “seja uma tendência para ficar” e que “os portugueses saibam que o setor está mobilizado e focado em produzir alimentos como a carne, leite e ovos que cheguem às mesas de todos os consumidores”.

“Nesta fase não existem constrangimentos na aquisição de alimentos para os animais, contudo, há outros problemas graves que urgem de solução: as raças autóctones de bovinos, pequenos ruminantes e leitões, como são produtos essencialmente consumidos na restauração, estão a sofrer”. A FENAPECUÁRIA diz que “é fundamental articular uma solução conjunta que envolva a produção, indústria e governantes para encontrar uma solução real para estes casos”.

Indústria de laticínios com “detalhados planos de contingência”

Que o diga também a diretora-geral da ANIL – Associação Nacional dos Industriais de Laticínios, que agrega mais de 50 empresas associadas que asseguram “mais de 7000 postos de trabalho”.

**“Há milhares de postos de trabalho, de empresas e de famílias portuguesas que vivem do setor do vinho em Portugal”.
E, “para o setor recuperar – após afastarmos o perigo sanitário social –, teremos de nos focar na economia da vinha e do vinho”**

Maria Cândida Marramaque fala de “um compromisso socioeconómico alargado” entre esta indústria e o mercado, que se traduz na “manutenção da cadeia de abastecimento”.

“A montante, existe a necessidade de levantar o leite das explorações e a jusante existe a necessidade de continuar a ter disponível e a fornecer à população leite e produtos lácteos, diversificados, de qualidade, saudáveis e seguros”, avisa a diretora-geral da ANIL. Razão por que “toda a indústria de laticínios, que é o terceiro maior setor no

que vivemos. E sabe que é seu “dever, mais do que produzir um alimento seguro e sem conservantes, contaminantes e com reforço da imunidade devido ao ómega3, garantir o abastecimento nos diferentes pontos de venda”.

À “Vida Económica”, o seu presidente, José Maria Freitas, “tranquiliza” os portugueses e revela que até aumentaram “o número de colaboradores nas algumas linhas de produção, de forma a assegurar a quantidade e diversidade (21 espécies) a que todos estão habituados”. Por outro lado, “multiplicámos os pedidos aos fornecedores, criámos planos de contingência e prevenção em todas as linhas de produção e privilegiámos o abastecimento dos mercados nacionais face aos mercados internacionais”, de modo a que o

pescado mais procurado para o fabrico das conservas “continue a ser abastecido às nossas fábricas sem constrangimento”.

Vendas de vinho em queda

O setor do vinho não passa incólume neste turbilhão da pandemia da COVID-19. Com as vendas para o mercado nacional e as exportações em forte queda, o Presidente do Instituto da Vinha e do Vinho (IVV) constata: “Há milhares de postos de trabalho, de empresas e de famílias portuguesas que vivem do setor do vinho em Portugal”. E, “para o setor recuperar – após afastarmos o perigo sanitário social –, teremos de nos focar na economia da vinha e do vinho, que representa uma parte fundamental da agricultura nacional e da indústria agroalimentar portuguesa”, garante Bernardo Gouvêa.

É, pois, “preciso garantir a manutenção da produção, o apoio às empresas e aos viticultores para conseguirmos defender e maximizar o valor que se conseguiu criar e conquistar para os vinhos de Portugal nos últimos anos”. É neces-

sário “congregar todos os esforços no sentido de recuperar os mercados interno e externo, adaptando-nos às novas circunstâncias”.

Tomás Roquette é um dos produtores que dá a cara. “Encerrámos a atividade do enoturismo, incentivámos a que, sempre que possível se trabalhe de casa, dividimos as nossas equipas operacionais de forma a assegurar continuidade e estamos a tentar explorar oportunidades como as vendas ‘on-line’ e entregas ao domicílio”.

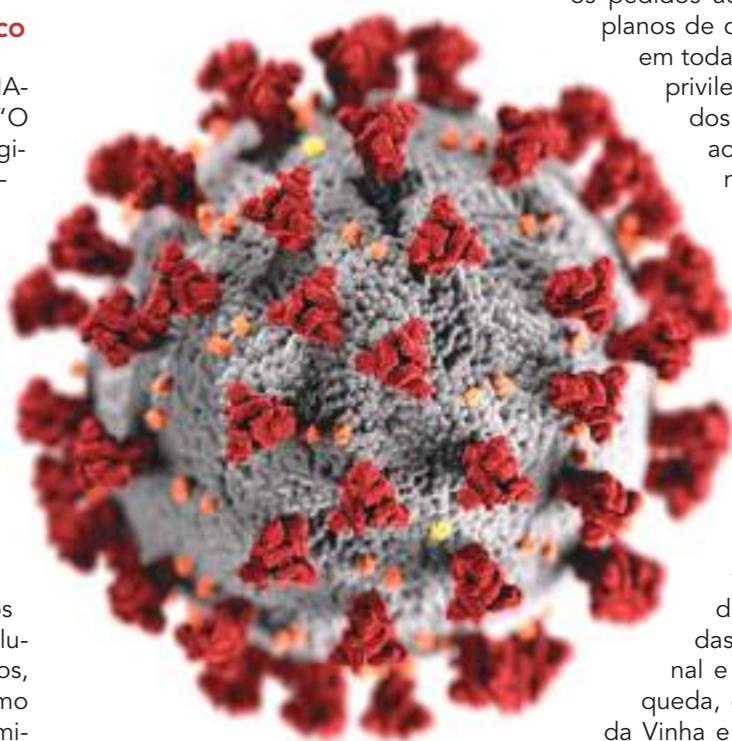
O administrador da Quinta do Crasto é claro: “o setor não pode parar”. Até por uma questão de “responsabilidade”, desde logo “pelo emprego que assegura, pelo volume de negócios e riqueza que gera e porque não sendo o vinho um bem essencial é importante na cultura portuguesa”. É, pois, necessário “manter as nossas empresas em funcionamento, garantindo todo o ciclo de produção (da vinha, passando pela produção e distribuição)”.

Mercadona: “cadeia agroalimentar tem de se unir”

O momento é, na verdade, de emergência nacional e de união. Elena Aldana, diretora-geral Internacional Relações Externas da Mercadona, enviou à “Vida Económica” uma mensagem de apelo: “Mais que nunca, toda a cadeia agroalimentar, do setor primário, à indústria, operadores logísticos, às empresas de distribuição, têm de se unir e mostrar que, nestas situações extraordinárias, todos somos vitais para que o país continue a funcionar e a economia avance”.

Sendo este “o momento de reconhecer todos os que trabalham no setor” e que “diariamente mantêm as suas empresas a funcionar para que os portugueses continuem a ter acesso aos bens essenciais”, “não podemos parar”. É preciso “mostrar que somos um setor eficiente e que todos os portugueses podem, como sempre, contar connosco”.

Como frisou Eduardo Diniz, diretor do Gabinete de Políticas e Planeamento (GPP) do Ministério da Agricultura, à “Vida Económica”, “no imediato, a prioridade de atuação centra-se na importância de garantir que a cadeia agroalimentar se mantém em funcionamento”. E sem restrições na circulação de fatores de produção, matérias-primas, alimentos e trabalhadores do setor, o que é “essencial para assegurar o abastecimento de alimentação à população”.



seio da indústria alimentar”, tenha de se “manter a operar, responsabilmente e com sentido de missão”. Para tal, a indústria “preparou-se, através de detalhados planos de contingência”, pensados “de forma a evitar toda e qualquer contaminação de pessoas, dado que, no momento atual, vivemos numa necessidade humana urgente”.

Conservas de peixe asseguram 21 espécies

A indústria de conservas de peixe também está ciente do momento especial



JOÃO BASTOS
Diretor-geral da FPAS - Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores



TOMÁS ROQUETTE
Administrador da Quinta do Crasto



DOMINGOS DOS SANTOS
Presidente da FNOP - Federação Nacional das Organizações de Produtores de Frutas e Hortícolas



JOSÉ MARIA FREITAS
Presidente da ANICP – Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe

OPINIÃO

Impacto da pandemia Covid-19 no setor do vinho em Portugal

**PAULO MATOS
GRAÇA RAMOS**
Professor Universitário
e Produtor de Vinhos



Nada como a atual crise pandémica para se perceber que o vinho não é um bem de primeira necessidade para a maior parte dos consumidores. Percebi isso, logo no início da crise. Numa ida a um hipermercado em Barcelos, já com alguns bens essenciais à beira da rutura, quase todos os corredores estavam cheios de clientes, com uma exceção, o linear dos vinhos. Das vezes seguintes, já na cidade do Porto, observei exatamente o mesmo fenómeno várias vezes. Esta observação vale pouco em termos científicos. É apenas uma indução, mas parece ser indicativa do que se está a passar no setor do vinho. Embora o setor não venda um bem essencial ele é importante para muitos portugueses que nele trabalham, e que, para além da sua importância económica, tem impacto na ocupação do espaço rural.

Ainda é cedo para se ter dados fiáveis, mas o setor está em completa estagnação. Para ter uma ideia mais concreta, falei com vários agentes da fileira do vinho. Vários distribuidores apontaram quebras na casa dos 98%, sobretudo nos mais dependentes da HORECA. O online está a crescer nalguns operadores a mais de 100% em relação ao período homólogo do ano anterior. Aqui o problema é conseguir, sobretudo nas grandes superfícies, ter pessoal e capacidade logística para entregar os pedidos, como afirmado por um gestor de compras de vinho de uma cadeia de hiper e supermercados. Aí houve um aumento exponencial de procura de produtos essenciais, mantendo o vinho vendas equivalentes ao período homólogo (em conjunto com o online). Em contrapartida, as vendas de cerveja subiram. Mas o mesmo gestor acredita que, com um maior número de refeições em casa, as vendas de vinho até possam vir a subir.

Na restauração o cenário é devastador. Muitos já se capacitaram que não vão ter férias no verão para compensar este período. Outros resistem, ainda, aos 'take away', por acharem que não faz sentido numa restauração de topo. Paradoxalmente, um responsável de uma garrafeira que faz entregas queixava-se da falta de oferta de 'take away': "estou farto de pizzas, frangos e sushi". Felizmente alguns restaurantes de referência estão agora a ponderar o 'take away', mas era importante incluírem o vinho nessas ofertas, e sem margens muito especulativas.

Para os distribuidores agora a solução parecem ser as vendas online com

“Se os preços baixarem e afetarem, por exemplo, o preço da uva (já de si tão esmagada), muitos serão tentados a abandonar as suas vinhas. Os fornecedores de rolhas e garrafas e vedantes terão igualmente de conter as suas habituais subidas de preços que, num ambiente quase sem inflação, mais não têm feito que esmagar as margens dos produtores”

entregas porta à porta a clientes finais. A margem é maior e compensa o custo de deslocação. Mas eram poucos a terem essa operação já montada. Vai levar tempo e investimento para se

iniciativas “Portugal Wine Week” de André Ribeirinho do Adegga, a “Wine Hour at Home” do Cláudio Martins, entre muitas outras. Uma coisa é certa, vai-se instalar o hábito de se comprar



estabelecerem e conquistarem um mercado de consumidores, agora muito disputado e em rápida saturação. Aqui os distribuidores poderão ter uma vantagem, que é de terem stocks para

vinho online naqueles que estavam renitentes em o fazer até aqui.

Quem apostou forte no Enoturismo está claramente a sofrer ainda mais. Não só o consumo baixou como as

“Vários distribuidores apontaram quebras na casa dos 98%, sobretudo nos mais dependentes da HORECA. O online está a crescer nalguns operadores a mais de 100% em relação ao período homólogo do ano anterior. Aqui o problema é conseguir, sobretudo nas grandes superfícies, ter pessoal e capacidade logística para entregar os pedidos”

entregar. A maior parte dos sites de venda de vinho não possuíam os vinhos em armazém o que implicava tempos de entrega muito longos.

Têm sido várias as iniciativas de dinamizar as vendas e a comunicação online, nomeadamente o “Mercado de Vinhos Digital” feira virtual da recém criada Tintocao.com, a tentar reproduzir uma feira de vinhos e com as participações e sugestões de alguns dos maiores escanções de Portugal, as

visitas e estadias se reduziram a zero.

Na exportação pode residir uma parte da solução. Alguns mercados já parecem estar a aliviar os efeitos da pandemia, nomeadamente os asiáticos e que, tendo clientes e canais com uma forte componente de vendas online, terão um crescimento de vendas. Contudo, não existem mercados que não estejam, ou não venham a ser, fortemente afetados pela pandemia. Neste momento a grande interrogação é o mercado

dos EUA. Depois do susto da ameaça das potenciais tarifas de 100% para o vinho europeu, houve uma pequena janela para exportar para lá. Mas esta crise está a diminuir, não só o número de consumidores e de contentores disponíveis para transporte, isto segundo um transportador dos EUA. Para os produtores, o panorama varia muito em relação à exportação. Temos desde produtores que ainda não conseguiram exportar nada a àqueles que já conseguiram exportar cerca de 1/3 do volume de faturação do ano anterior.

Gerir a tesouraria das empresas vai ser complicado. Por um lado, é preciso investir em novas soluções tecnológicas,

por outro, os prazos de pagamento vão-se dilatar e os não pagamentos estão a aumentar significativamente, levando a um efeito de dominó no setor. Aqui teremos de resistir às tentações de reduções drásticas de preços. Com uma segunda crise tão forte e em tão curto espaço de tempo, se os preços baixarem e afetarem, por exemplo, o preço da uva (já de si tão esmagada), muitos serão tentados a abandonar as suas vinhas. Os fornecedores de rolhas e garrafas e vedantes terão igualmente de conter as suas habituais subidas de preços que, num ambiente quase sem inflação, mais não têm feito que esmagar as margens dos produtores. Prevê-se assim que quem pode mais sofrer sejam empresas de média dimensão, com custos fixos elevados mas sem grandes fundos de maneio ou com grandes endividamentos. Poderão resistir os muito pequenos, e onde o produtor/enólogo é um faz tudo, bem como os grandes se tiverem boas reservas financeiras. Uma coisa é certa: “para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude”, como dizia o Príncipe de Salinas na obra “Leopardo” de G. T. di Lampedusa.

